

MOVIMENTOS EM REDE E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO: LIMITES E POSSIBILIDADES ANTE A CRISE DO JORNALISMO

NETWORK MOVEMENTS AND OCCUPATION THE PUBLIC SPACE: LIMITS AND POSSIBILITIES AGAINST THE JORNALISM'S CRISIS

Felipe Moura de Oliveira¹

Ronaldo Cesar Henn²

RESUMO:

O artigo reflete sobre a significação dos acontecimentos suscitados pelos movimentos em rede que levaram milhões de pessoas às ruas no Brasil em 2013. O foco são tensões com as quais convive o jornalismo como mediador do espaço público diante de outros cenários de construção do acontecimento. E a discussão é animada por inferências decorrentes de pesquisa exploratória na redação do jornal *Folha de S. Paulo*, em São Paulo (SP), de 13 a 24 de junho, quando as mobilizações sociais foram mais intensas. Uma análise calcada na linguagem, na tentativa de compreender as implicações do que postula-se ser uma *crise sistêmica* que o jornalismo atravessa com a emergência de novos sujeitos que intervêm na realidade social a partir das redes digitais. Defende-se, nesse contexto, que o momento é de revisão dialética das práticas historicamente convencionadas pelo campo. Apontar limites e possibilidades é a que este exercício pode contribuir.

PALAVRAS-CHAVE:

Jornalismo; redes; ciberacontecimento; crise; Folha de S. Paulo.

ABSTRACT:

The article reflects about the signification process of the events raised by the network movements that led millions of people for Brazil's streets in 2013. The focus is on the tensions that surround the journalism as a mediator of the public space against other

1 Mestre em Ciências da Comunicação, na linha de pesquisa de Linguagem e Práticas Jornalísticas, pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e doutorando na mesma instituição. Membro do Grupo de Pesquisa Estudos em Jornalismo (CNPq). Graduado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo e aluno do curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). felipecomunica@gmail.com. SÃO LEOPOLDO, Brasil.

2 Professor adjunto da Universidade do Vale do Rio dos Sinos e atua como pesquisador no PPG em Ciências da Comunicação. henn.ronaldo@gmail.com. SÃO LEOPOLDO, Brasil.

scenarios of construction of event. And the discuss is animated by inferences arising from exploratory research in the newspaper Folha de S. Paulo, São Paulo (SP), between 13 and 24 June when the social mobilizations were more intense. An analysis grounded in language, in an attempt to understand the implications of what is postulated to be a journalism's systemic crisis with the emergence of new subjects in social reality construction process from digital networks. It is argued in this context that the moment is favorable for a dialectical review of practices historically agreed by the field. This exercise can contribute pointing limits and possibilities.

KEYWORDS:

Jornalism; networks; ciber event; crisis; Folha de S. Paulo.

INTRODUÇÃO

O jornalismo vive uma crise sem precedentes, desencadeada pela emergência das redes digitais de comunicação¹. Uma crise sistêmica, que afeta as estruturas fundantes do campo - tanto profissional quanto acadêmico - e cuja superação pode significar novas formas de representação dos acontecimentos na forma da notícia.

A afirmação que abre este artigo é endossada por opiniões como a do jornalista Ignacio Ramonet, que diz: “O planeta mídia está sofrendo um traumatismo de amplitude inédita. O impacto do meteorito internet, semelhante àquele que fez desaparecer os dinossauros, tem provocado uma mudança radical de todo o ecossistema midiático” (RAMONET, p. 15, 2012).

Mais do que prever ou prescrever medidas para a superação da crise, propõe-se compreender as implicações nas práticas jornalísticas: as tensões geradas pelas redes e as consequências desse processo na construção social da realidade, com o protagonismo de novos sujeitos coletivos que se constituem na possibilidade de compartilhamentos de sentidos comuns sobre os acontecimentos. Uma discussão que se materializa na análise da significação dos acontecimentos suscitados pelos movimentos em rede que foram às ruas no Brasil em 2013, com a adesão de milhões de pessoas com demandas de variadas ordens: da redução do valor da tarifa do transporte público ao combate à corrupção.

Interessa, em especial, entender as tensões geradas ao jornalismo como mediador do espaço público pela emergência das redes, que passam a protagonizar a própria

constituição do acontecimento, e do compartilhamento de sentidos que antes delas não era possível. Para tanto, o exercício apoia-se em inferências decorrentes de pesquisa exploratória empreendida na redação do jornal *Folha de S. Paulo*, em São Paulo (SP), de 13 a 24 de junho de 2013, período em que as mobilizações sociais foram mais intensas, culminando com o anúncio de medidas de governo concretas.

Durante uma semana, acompanhou-se o trabalho da redação, com o olhar mais atento à editoria de Cotidiano, de modo a perceber os movimentos dos profissionais diante de um ambiente de produção de sentido contemporâneo, composto por novos agentes conectados em plataformas digitais. Parte dos resultados desse exercício, que recorre à ferramentas da etnografia, e o seu cotejamento ao discurso produzido pelo jornal pela notícia que representou os acontecimentos, é o que este texto apresenta.

Ao dedicar-se à compreensão da significação dos acontecimentos pelo jornalismo, parte-se da linguagem como principal inspiração teórica com base, especialmente, em dois conceitos: a *semiose*, de Charles Sanders Peirce, e a *semiosfera*, de Yuri Lótmán. Em diálogo, advoga-se que ambas contribuem à proposição de que há uma crise instaurada no jornalismo como sistema de produção de sentido a partir da interação com as redes sociais, também como sistema; ao mesmo tempo, que contribuem à compreensão da própria crise.

Postula-se que o jornalismo esteja sendo tensionado a rever suas práticas, num movimento de concepção dialética, de modo a dar a ver mais da complexidade do cotidiano ao representá-lo na notícia, sob o risco de perder a legitimidade que alcançou ao longo da história (FRANCISCATO, 2005) como mediador que produz certo tipo de conhecimento no espaço público (MEDTISCH, 1997).

SEMIOSES DIFUSAS NA SEMIOSFERA CONTEMPORÂNEA

Há, pelo menos, duas peculiaridades nas manifestações de junho de 2013, no Brasil, que convergem nos modos conflitantes de como elas se transformam em acontecimento jornalístico. A primeira diz respeito à sua própria natureza que, pelo seu ineditismo, impõe dificuldade para a compreensão rápida da sua configuração e para os respectivos enquadramentos numa cobertura midiática. A segunda está na materialidade essencialmente pública e midiática, constituída nas redes sociais na internet, cuja discursividade

amplamente pluralista e tensa confronta-se com as formas tradicionais de narrativa do acontecimento empreendidas pelo jornalismo.

Dessas premissas decorrem processos de semiose cujas texturas produzem tensões de natureza explosiva naquilo que o semioticista russo Yuri Lótman (1999) entendia como semiosfera. A semiose, da forma como foi proposta por Peirce (2002), é a própria ação do signo: a potencial produção ininterrupta e diversa de sentidos disparada pelos processos de representação dos objetos semióticos. No jornalismo, o acontecimento ocupa o lugar lógico do objeto e sua representação em narrativas como notícia ou reportagem desencadeiam sentidos através da geração de outros signos instituídos na repercussão que tais narrativas conseguem estabelecer.

Havia uma linearidade nos modos como o jornalismo tradicional organizava a produção dessa representação do acontecimento que agora passa a ser tensionada pela emergência das redes digitais (HENN, 2013). Os usos das redes, que muito rapidamente transcenderam a dimensão de sociabilidade, também a transformaram em lugar privilegiado para a produção e circulação de informações. Essa dinâmica tira do jornalismo seu estatuto de narrador preferencial do acontecimento a partir dos seus enquadramentos característicos e gera semioses difusas, horizontais e não lineares.

A materialidade pública das manifestações que se organizam a partir das redes digitais oferece insumos para a instituição de outra lógica nas construções de acontecimentos jornalísticos que designamos como *ciberacontecimento* (HENN, 2013; OLIVEIRA e HENN, 2013). São acontecimentos que tem as redes na internet como lugar de constituição e, por conta disso, incorporam sua natureza: alta conectividade, compartilhamentos e propulsão intensa de sentidos.

Na medida em que o jornalismo começa a narrar esses acontecimentos a partir dos seus códigos, o nível de tensionamento aumenta porque a repercussão de coberturas dá-se instantaneamente. Há duas camadas interpondo-se. Na primeira, o jornalismo perde a primazia da narrativa do cotidiano na medida em que os acontecimentos desenrolam-se em plataformas que já tem naturezas narrativas e midiáticas. Na segunda, os sentidos ofertados pelo jornalismo são rapidamente confrontados com outros enquadramentos com manifestações múltiplas oriundas de um universo complexo de atores que se interconectam.

Nos interstícios dessas camadas, surgem novas formas daquilo que fora chamado de jornalismo alternativo ou independente, em que outras modalidades de narrar são experimentadas. Destacam-se, sobretudo nos recentes protestos, a notoriedade dos *Mídia Ninja*, designação de sentido ambíguo: ao mesmo tempo que evoca luta, posicionamento, também é sigla para Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação².

A semiosfera, que é o espaço em que as semioses processam-se e instauram sentidos - e que em cuja estruturalidade organiza-se a cultura (LÓTMAN, 1996) - ganha outra materialidade com os novos fluxos de semiose, com intensas tensões e disputas de sentidos. Lótman (1999) entendia que situações como essas são transformadoras da cultura e dinamizam a dicotomia estrutural que oscila entre a mudança e a transformação: formam o que ele compreendia como processos explosivos.

É dessa perspectiva que se fala aqui de crise no jornalismo. Prigogine (1996) alertava que, com o aumento da complexidade, os sistemas tendem a se tornar vulneráveis a flutuações intensas, sobretudo nas conectividades de suas fronteiras. Lótman (1999) também pensa a semiosfera como espaços constituídos de fronteiras por onde permeabilidades entre sistemas acontecem: o caráter explosivo vai ocorrer quando operações mais tensas de permeabilidade fazem irromper novos processos de semiose que reconfiguram a cultura. Crises agudas podem ser implacáveis com sistemas altamente vulneráveis. Mas o parâmetro de permanência, muito forte em sistemas que historicamente consolidam potência organizacional para fazer frente à entropia eminente, entra em ação nos momentos críticos em que o sistema reorganiza-se transformado, mas mantendo alguns núcleos de sua identidade.

Toda essa confluência de características coloca os protestos em lugar de alta complexidade que não pode ser confinada a reduções simplistas. Essa carga de novidade trouxe ao jornalismo enormes dificuldades de compreensão, como se pode ver em coberturas e manifestações de opiniões completamente enviesadas, como ocorreu com as primeiras grandes manifestações. Exemplo é editorial da *Folha de S. Paulo*, entendido como disparador da semiose em análise neste artigo³.

É um fenômeno ainda em constituição e que tem, ao menos, três dimensões alvissareiras: os processos transnarrativos e convergentes que incluem a presença de outros atores; a reverberação instantânea que passa a ser incorporada na própria narrativa, também a constituindo; e a eclosão desses outros modos de acontecimento que se tramam

no cenário de conexões sistêmicas altamente complexas, o *ciberacontecimento* (HENN, 2013). O monopólio da representação (geração de signos, já de natureza interpretante⁴) do jornalismo é abalado com a ultra intensificação instantânea da semiose.

MOVIMENTOS EM REDE E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

Ninguém esperava. Num mundo turvado por aflição econômica, cinismo político, vazio cultural e desesperança pessoal, aquilo apenas aconteceu. Subitamente, ditaduras podiam ser derrubadas pelas mãos desarmadas do povo, mesmo que essas mãos estivessem ensanguentadas pelo sacrifício dos que tombaram (CASTELLS, 2013, p. 09).

A citação de Manuel Castells que abre essa sessão dá conta de expressar a perplexidade com que campos cuja presença no espaço público é predominante, como o campo político, da comunicação, ou mesmo dos intelectuais, perceberam os movimentos de ocupação global; aqueles que começam com o *Occupy Wall Street*, nos Estados Unidos, a *Primavera Árabe*, nos países do Oriente Médio e no Norte da África, ou ainda o *Indignados*, na Espanha, em mobilizações sociais que remontam aos anos de 2010 e 2011, sobretudo.

E as semelhanças com o que o Brasil viu acontecer em junho de 2013 não é coincidência. A forma de organização e mobilização é parecida; tem um elemento constituinte: as redes. “Começou nas redes sociais [...], já que estas são espaços de autonomia, muito além do controle de governos e empresas, que, ao longo da história, haviam monopolizado os canais de comunicação [...]”, diz Castells (2013, p. 10), ao descrever a formação desse tipo de fenômeno. É o entendimento que dá lastro a reflexão que segue, mas que precisa ser cotejado à perspectiva histórica.

A articulação de movimentos em rede não é de hoje. No Brasil, o final da década de 1990 e o início dos anos 2000 são pródigos em exemplos desse tipo de organização: “[...] a Marcha Nacional pela Reforma Agrária, de Goiânia a Brasília (maio de 2005), foi organizada por articulações de base como a Comissão Pastoral da Terra, [...] MST e por [...] transnacionais, como a Via Campesina” (SCHERER-WARREN, 2006, p. 112). A compreensão desses movimentos sempre foi a de que o acesso ao espaço público, mediado pelo jornalismo como instituição outorgada socialmente para tanto, dependeu fundamentalmente do recurso a acontecimentos que contém, em si, características que atendam ao estatuto do acontecimento jornalístico⁵. Ilse Scherer-Warren (2006, p. 112) já chamava a atenção para esse aspecto, ao falar das mobilizações:

[...] são fruto da articulação de atores dos movimentos sociais localizados, das ONGs, dos fóruns e redes de redes, mas buscam transcendê-los por meio de grandes manifestações na praça pública, incluindo a participação de simpatizantes, com a finalidade de produzir visibilidade através da mídia e efeitos simbólicos para os próprios manifestantes (no sentido político-pedagógico) e para a sociedade em geral, como uma forma de pressão política das mais expressivas no espaço público contemporâneo.

O que é de agora são as redes digitais de comunicação, que possibilitam que esses movimentos articulem-se rapidamente e que sejam capazes de mobilizar pessoas em todo o mundo. É de agora o *Facebook* e o *Twitter*. E o seu uso social é o que determina a possibilidade de ampliação da adesão às manifestações que ocupam a praça pública e que, antes, são articuladas em rede. Stéphane Hessel (2011, p. 25), um dos mentores dos movimentos de ocupação global, defende: “É evidente que, para ser eficiente, é necessário atuar em rede, aproveitar todos os meios de comunicação modernos.”

Aproveitar os meios de comunicação modernos é mais do que utilizar as redes na mobilização e organização dos acontecimentos com vistas ao acesso ao espaço público. É aproveitá-las também como espaço de significação desses acontecimentos, conferindo a eles outros sentidos, para além daqueles dados pelo jornalismo a partir de códigos historicamente convencionados.

Basta uma breve busca no *Facebook* com o termo “Movimento Passe Livre”, ou a sigla “MPL”, para que identifique-se nos acontecimentos registrados recentemente no Brasil indícios da forma de organização dos movimentos em rede. E, assim, o movimento que reivindicava a tarifa-zero no transporte público e melhores condições na prestação do serviço levou mais de um milhão de pessoas às ruas de todo o país nas manifestações do dia 20 de junho de 2013.

O acontecimento compreendido, por ora, como propulsor de semioses diversas no espaço público brasileiro é a primeira manifestação de grandes proporções organizada pelo MPL em São Paulo (SP), em 11 de junho: aproximadamente 11 mil pessoas foram à Avenida Paulista protestar contra o reajuste da tarifa do transporte público de ônibus, trem e metrô, de R\$ 3,00 para R\$ 3,20, decretado pelo prefeito Fernando Haddad e pelo governador Geraldo Alckmin dias antes. Houve depredação de estações do metrô e de estabelecimentos comerciais.

Na disputa de sentidos que se estabelece em torno do acontecimento, a *Folha de S. Paulo* publica editorial na edição de 13 de junho, dia em que o MPL organizava nova

manifestação, intitulado “Retomar a Paulista”, em que defende uma intervenção mais enérgica do Estado, de modo a evitar ações mais radicais. Resultado: o Governo de São Paulo aciona a tropa de choque da polícia militar e determina que os manifestantes sejam impedidos de acessar a Paulista. A mobilização começa às 17h. Cerca de 20 mil pessoas saem do Teatro Municipal em direção à avenida, que tem todos os seus acessos bloqueados pela polícia. Com o avanço dos manifestantes, policiais disparam balas de borracha e bombas de gás lacrimogêneo indiscriminadamente entre a multidão, do que decorre centenas de pessoas gravemente feridas; entre elas, jornalistas.

Ainda durante o conflito do dia 13 de junho, mas em maior profusão no dia seguinte, semioses difusas desencadeiam-se nas redes sociais, significando os acontecimentos a partir de um signo marcante: a violência policial. Em solidariedade ao MPL paulista, mobilizações são marcadas, pelo *Facebook*, em inúmeras outras cidades para o dia 17 de junho, quando 70 mil pessoas vão às ruas de São Paulo e mais de 250 mil em todo o Brasil. No dia 20 de junho, o movimento atinge a marca de mais de 1 milhão de pessoas nas praças e avenidas brasileiras - mais de 110 mil só em São Paulo.

De início, eram uns poucos, aos quais se juntaram centenas, depois formaram-se redes de milhares, depois ganharam o apoio de milhões, com suas vozes e sua busca interna de esperança, confusas como eram, ultrapassando as ideologias e a publicidade para se conectar com as preocupações reais de pessoas reais na experiência humana real que fora reivindicada (CASTELLS, 2013, p. 09-10).

Castells fala, ainda, da caracterização dos movimentos de ocupação global em sentido mais amplo. Poderia, contudo, estar descrevendo as mobilizações brasileiras. Das 11 mil pessoas do acontecimento fundante, em São Paulo, aos mais de 1 milhão em todo o país, as demandas se complexificaram: da revogação do aumento da tarifa - decretado também em outras cidades no período - aos gastos com a Copa do Mundo de futebol no Brasil ou o combate à corrupção. E as manifestações articuladas e significadas em rede levam o poder público à ações concretas. No dia 21 de junho, em rede nacional de rádio e televisão, a presidente Dilma Rousseff anuncia uma série de medidas em acordo - ainda que parcialmente - com as reivindicações populares. Antes disso, no dia 19, o prefeito e o governador de São Paulo, Haddad e Alckmin, já haviam anunciado a redução da tarifa do transporte público aos R\$ 3,00 anteriores ao reajuste.

O espaço público, o das praças, das avenidas, tem uma extensão. Um espaço de compartilhamento de sonhos, intenções, como refere Castells (2013), que leva as pessoas,

em rede, às ruas. O desafio imposto ao jornalismo como mediador desse espaço público, diante de uma multiplicação de versões, é o de dar a ver da complexidade dos acontecimentos. Um desafio que exige ponderação, de modo que se faça valer a força do melhor argumento sobre os temas atuais.

O JORNALISMO ANTE A CRISE

A pesquisa exploratória que ora oferece aportes ao debate é parte de investigação mais ampla, empreendida no curso de doutorado em Ciências da Comunicação da Unisinos. A metodologia adotada para a observação das rotinas de produção na *Folha de S. Paulo* tem inspiração etnográfica e o contato inicial foi com um dos secretários de redação, Vinicius Mota⁶, em fevereiro de 2013, para que a proposta fosse apresentada: sete dias de acompanhamento dos trabalhos, com a atenção especialmente voltada às editorias de Cotidiano e Mundo⁷. O período combinado foi a semana que compreende os dias 17 e 23 de junho de 2013.

Antes da observação, porém, faz-se uma primeira visita à redação, de modo que a dinâmica fosse definida em conjunto com a Secretaria de Redação. Isso ocorre em 14 de junho, sexta-feira. E a chegada à cidade de São é no dia anterior, na quinta, 13, quando o jornal publicara o editorial que incitava medidas mais enérgicas da polícia frente às manifestações, de título “Retomar a Paulista”.

Na noite de quinta-feira, pode-se acompanhar, na Avenida Paulista, a manifestação que acabou com centenas de pessoas feridas, atingidas por balas de borracha ou sob os efeitos de gás lacrimogêneo. O cenário era de guerra civil. Na edição de 14 de junho, a manchete da *Folha de S. Paulo* diz: “Polícia reage com violência a protesto e SP vive noite de caos”. Uma das fotos de capa mostra uma repórter do próprio jornal ferida por uma bala de borracha.

A violência policial, denunciada instantaneamente durante a manifestação de quinta, dia 13, nas redes sociais, segue com primazia nas edições do fim de semana. A de sábado, 15, mancheteia: “Alckmin defende PM e diz que protesto tem viés político”; a de domingo, 16, diz: “Estreia do Brasil tem vaia a Dilma, feridos e presos”, referindo-se ao primeiro jogo da Seleção Brasileira de futebol na Copa das Confederações e a protestos que ocorreram em Brasília, local da partida, contra os gastos públicos no evento e já em solidariedade a São Paulo, em razão da violência policial - acompanha a manchete

uma chamada para matéria especial: “A semana em que São Paulo ardeu”, sobre os protestos.

Na segunda-feira, dia 17, começa a observação propriamente dita. Uma breve conversa com um dos profissionais que ocupam cargo relevante na organização da pauta da editoria de Cotidiano já revela indícios sobre como jornalistas percebem as redes sociais. Diz ele: “O Facebook ontem [domingo, dia 16] foi um instrumento de apuração incrível, porque teve protestos [...] no mundo todo”⁸. E o jornalista vai além: “No início, achávamos que era só mais uma manifestação. Começou pelo aumento das passagens e reuniu pessoas com demandas diversas”. A manchete nesse dia era: “Governo de SP pede e terá reunião com manifestantes hoje”, tratando da organização de ato organizado pelo Movimento Passe Livre pelo *Facebook*.

Os protestos marcados para às 17h de segunda-feira mobilizam praticamente toda a editoria. Às 14h30min, em reunião de orientação da cobertura, um dos profissionais responsáveis pela edição fala, explicitamente, sobre como repórteres devem proceder em relação aos seus perfis nas redes sociais: “O jornal vai voltar a circular aquela orientação [...]. Vocês são representantes do jornal inclusive nas páginas de vocês. Cuidar pra não comprometer a legitimidade da cobertura”⁹, orienta, denotando a preocupação da *Folha* com as redes como espaço de produção de sentido.

Por fim, na segunda, cita-se a reunião de editores, que ocorre diariamente às 16h. Um dos profissionais que ocupa cargo de direção da redação avalia a crítica que faz a todas as edições a *ombudsman*, Suzana Singer¹⁰. Ao ler a crítica, o profissional comenta: “Ela diz que a Folha deveria cuidar para não pesar a mão a favor das manifestações; ficamos sem o cidadão contrário”. Ele refere-se à cobertura dos acontecimentos desde sexta-feira, dia 14. O editor de Cotidiano, ao “vender” suas pautas, diz que o foco da cobertura dos protestos será na dimensão ampliada que eles tomarão em todo o Brasil, pelo que pode apurar pelas redes sociais, e nas demandas variadas.

A manchete que estampa a capa de terça-feira, dia 18 é: “Milhares vão às ruas ‘contra tudo’; grupos atingem palácios”, em referência às mais de 250 mil pessoas em todo o Brasil - 65 mil em São Paulo -, no que o instituto *DataFolha* diz ser a maior manifestação desde o *Fora Collor*, em 1992. Confirma-se, na edição, o foco anunciado no dia anterior, sobre a dimensão dos protestos e as pautas variadas, que agora transcendem a questão do transporte coletivo, e também a orientação da *ombudsman* para que a posição

pró-manifestantes não predomine: os palácios que a manchete cita são prédios públicos com alguma depredação promovida pelos manifestantes.

Já na reunião de pauta da terça-feira, que ocorre todos os dias, às 9h, os protestos voltam a tomar conta da discussão. Em meio ao mais variados “ganchos” propostos, destaque para um: “Quem são os manifestantes?”, pergunta o responsável pela pauta em Cotidiano, em tom de sugestão, tratando do perfil dos participantes dos protestos e citando material que está sendo produzido pela editoria de Mundo, com base em pesquisa acadêmica que revelaria que as manifestações que aconteciam no mesmo período na Turquia tinham características parecidas: jovens de classe média, com acesso à internet e que se organizam pelas redes sociais.

Na reunião de edição, às 16h, a crítica da *ombudsman* é avaliada como positiva, na medida em que elogia a manchete de capa, entendida, desta vez, como menos entusiasta em relação às manifestações, mesmo diante de sua dimensão ampliada, em detrimento dos atos de vandalismo que as compuseram.

Na quarta-feira, dia 19, a manchete, que se refere ao sexto protesto contra a alta da tarifa em São Paulo, ocorrido no dia anterior, com mais de 50 mil pessoas nas ruas, diz: “Ato em SP tem ataque à prefeitura, saque e vandalismo; PM tarda a agir”. A referência é ao que a reportagem retrata como ação desproporcional da polícia para coibir manifestantes radicais que queimam um carro da TV Record em frente à prefeitura, sem sofrer repressão.

Nas primeiras horas da quarta-feira, observa-se na redação um ambiente que indica que o poder público de São Paulo - prefeitura e governo do Estado - cederiam às pressões. Isso porque o profissional responsável pela pauta de Cotidiano comenta com repórteres a repercussão que o tema tem nas redes sociais e os protestos que estão sendo convocados, em eventos criados no *Facebook*, para o dia seguinte - além, é claro, de informações de bastidores que apurou. É representativa, nesse sentido, fala de um dos profissionais da direção da redação a ele: “Tá na cara que a força e a rapidez de mobilização tá calcada nisso [redes sociais]. A maioria fica sabendo por ali [dos protestos], não tá nem aí para o que gente diz. O efeito disso temos que discutir”.

A edição do dia seguinte é toda preparada com foco nas mobilizações que ocorreriam pelo país, quando chega a informação de que o prefeito Fernanda Haddad e o governador Geraldo Alckmin concederiam entrevista coletiva às 18h. Antes, às 16h, a Seleção

Brasileira jogava pela Copa das Confederações. No minutos finais do jogo, a redação para e assiste ao último gol da vitória por 2 a 0. Em seguida, para de novo. Desta vez, para ver Haddad e Alckmin, juntos, na televisão, anunciarem a redução da tarifa do transporte público de ônibus, metrô e trens a R\$ 3,00.

A manchete da *Folha de S. Paulo* na quinta-feira, dia 20, é histórica: “Protestos de rua derrubam tarifas”. Toda em caixa-alta, em duas linhas e com tamanho de fonte 100. Ao comentá-la, um dos profissionais da direção da redação, na reunião de editores, prevê: “De todas as capas dos protestos [desde sexta, dia 14], essa é a que vai para os livros de história”. Ele cita outras capas importantes, como as do anúncio do Papa Francisco e da reeleição de Barack Obama nos EUA, que ganharam fonte tamanho 110, mas em apenas uma linha.

Na quinta-feira, fruto de mobilizações pelas redes sociais, mais de 1 milhão de pessoas vão as ruas de todo o Brasil, motivadas, também, pela conquista histórica de São Paulo, com pautas que transcendem o transporte público: retomam questões como os gastos com a Copa do Mundo, a corrupção, livre orientação de gênero, aborto. Das mais conservadoras, às mais progressistas.

A *Folha*, na sexta, dia 21, em edição cujo foco se discutia no dia anterior, nas reuniões de planejamento, que teria que ser sobre a possibilidade de radicalização das manifestações, mancheteia: “Protestos violentos se espalham pelo país e Dilma chama reunião”; uma das chamadas de apoio diz: “Segundo assessores, governo federal está ‘perplexo’”. Ainda na sexta-feira, em rede nacional de rádio e televisão, a presidente Dilma Rousseff anuncia um pacote de medidas que visa a atender a alguns dos anseios populares. Projetos como a reforma política, que seria submetida ao Congresso, e o investimento de 100% dos recursos oriundos da exploração de petróleo em educação.

CONSIDERAÇÕES: LIMITES E POSSIBILIDADES

Evidentemente, de uma observação de sete dias na *Folha de S. Paulo* saem muito mais inferências do que as que se pode trabalhar aqui. O que fica, no entanto, do exercício que se encaminha ao final, são indícios de que o jornalismo tem sido intimamente afetado pela emergência das redes nos processos de significação dos acontecimentos - foi o que se tentou destacar pela via da linguagem como matriz teórica sem desconsiderar,

em perspectiva, outras, como as que trabalham Barbosa e Seixas (2013), ao refletir sobre o potencial surgimento de novos gêneros jornalísticos nesse ambiente de crise.

Decorrem algumas considerações dessas constatações iniciais.

A primeira delas diz respeito a possibilidade de revisão das práticas, historicamente convencionadas pelo campo, que cerceiam o *poder hermenêutico* (QUÉRÉ, 2005) que o acontecimento carrega, capaz de revelar campos problemáticos e fazê-los debater. Percebe-se, nos processos sociais descritos, uma capacidade inédita de agendamento do jornalismo, ao passo que a *Folha* dedica-se quase que exclusivamente a essa pauta na semana que compõe a pesquisa exploratória. E a própria significação dos acontecimentos transforma-se, como no caso da violência policial como signo das primeiras manifestações: as semioses que esse signo disparou levaram milhões às ruas obrigando governos municipal, estadual e federal a adotarem medidas concretas. São fortes indícios de que a mobilização em rede e suas próprias formas de narrar podem dar a ver mais da complexidade do cotidiano.

Por outro lado, mesmo diante de uma semiosfera contemporânea complexa, na qual se desenrolam complexas semioses que conferem sentidos aos acontecimentos, o enquadramento que o jornalismo aplica tende à perpetuar valores do ideário dominante que permeiam a memória coletiva (HENN, 2008). Nota-se isso nitidamente na tentativa da *Folha*, em meio às denúncias de abuso policial que circulavam nas redes, de significar o movimento que foi às ruas a partir de signos que representam a desordem, como nas críticas da *ombudsman* à cobertura inicial, que privilegiava esse aspecto¹¹.

À guisa de conclusão, defende-se que o momento é propício a uma revisão dialética das práticas, mantendo-se aquilo que constituiu o jornalismo como mediador do espaço público, mas avançando, a partir do que as redes, como outro sistema de produção de sentido, ao tensionar o jornalismo, expõem das suas fragilidades. Na interação entre esses dois sistemas, no âmago da crise, pode haver espaço para que o jornalismo admita sua função mediadora na construção social da realidade, da qual resulta certo tipo de conhecimento específico. Para tanto, é preciso superar uma prática que produz o que Fernando Resende (2002) chama de *texto cego*, deixando que o conflito que cerca os acontecimentos transpareça como parte dos sentidos que lhes são atribuídos.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Suzana; SEIXAS, Lia. Jornalismo e dispositivos móveis. Percepções, usos e tendências. In: BARBOSA, Suzana; MIELNICZUCK, Luciana. (Org.). **Jornalismo digital e tecnologias móveis**. 1ed. Covilhã: LivrosLabcom, 2013, v. 1, p. 51-74.

BENETTI, Márcia. O jornalismo como acontecimento. In: BENETTI, M; FONSECA, V. **Jornalismo e Acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis: Insular, 2010. P.p. 143-164.

CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança. Movimentos sociais na era da internet**. São Paulo: Zahar, 2013. Prova não revisada.

FRANCISCATO, Carlos E. **A fabricação do presente: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais**. São Cristóvão: Editora UFS/Fundação Oviedo Teixeira, 2005.

HENN, Ronaldo. O jornalismo como semiótica a realidade social. **XVII Encontro Anual da Compós**. São Paulo: Unip, 2008.

_____. Apontamentos sobre o ciberacontecimento: o caso Amanda Tood. **XXII Encontro Anual da Compós**. Salvador: UFBA, 2013.

HESSEL, Stéphane. **Indignai-vos**. São Paulo: Leya, 2011.

LÓTMAN, Yuri. **Cultura y explosión, Lo previsible en los procesos de cambio social**. Barcelona: Gedisa Editorial, 1999.

_____. **La semiosfera**. Madri: Catedra, 1996.

MEDITSCH, Eduardo. **O Jornalismo é uma forma de conhecimento?1997**. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf>. Acesso: 18 jul 2012.

OLIVEIRA, Felipe de. **Produção da notícia e movimentos sociais: processos de produção no Jornalismo**. 2012. 286f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2012c.

OLIVEIRA, Felipe de; HENN, Ronaldo. Jornalismo, redes sociais e movimentos de ocupação global: uma crise sistêmica na semiosfera contemporânea. **II Colóquio Internacional Mudanças Estruturais no Jornalismo**. Natal: UFRN, 2013.

PRIGOGINE, Ilya, **O Fim das Certezas. Tempo, Caos e as Leis da Natureza**. São Paulo: UNESP, 1996.

PEIRCE, Charles Sanders. *The Collected Papers of Charles Sanders Peirce*. Past Masters, CD-ROM. EUA, IntelLex Corporation, 2002.

QUÉRÉ, Louis. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. *Trajectos - Revista de Comunicação, Cultura e Educação*. Lisboa, nº 6, 2005, p. 59-76.

RAMONET, Ignacio. *A explosão do jornalismo*. Das mídias de massa à massa de mídias. São Paulo: Publisher Brasil, 2013.

RESENDE, Fernando. *O olhar às avessas: a lógica do texto jornalístico*. 2002. 239f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2002.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Das mobilizações às redes de movimentos sociais*. *Revista Sociedade e Estado*, UNB, V. 21, n. 1, 2006, P. 109-130.

(Endnotes)

- 1 Adota-se, aqui, a designação *redes digitais de comunicação* para definir o suporte que possibilita a circulação efusiva de mensagens na internet; *redes sociais* para movimentos de utilização do suporte com fins sociais; e *redes*, de forma mais ampla, para a ideia de processos que envolvem, necessariamente, mais de um sujeito, organização ou sistema.
- 2 Conforme <https://www.facebook.com/midiaNINJA>. Acesso: 28 jun 2013.
- 3 Publicado pela *Folha de S. Paulo* em 13 de junho de 2013, sob o título “Retomar a Paulista”. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2013/06/1294185-editorial-retomar-a-paulista.shtml>. Acesso: 26 jun 2013.
- 4 Para Peirce (2002), o interpretante é o signo gerado por outro signo, sempre em relação a um objeto. (designado como dinâmico).
- 5 Marcia Benetti (2010, p. 145) explica que: “[...] os índices de notabilidade capazes de chamar a atenção dos sujeitos que escrevem a história - que a percebem e a transformam em narrativa - são, no jornalismo, guiados por critérios que exigem ruptura, repentina ascensão, acidente ou desvio”.
- 6 Apenas este profissional, pela centralidade na negociação para a realização da pesquisa, será identificado. No período da observação ele gozava de férias, não compoendo as rotinas observadas. A opção, daqui por diante, é por preservar a identidade dos profissionais, medida de ordem ética, mas que decorre fundamentalmente do propósito da pesquisa: identificar como a emergência das redes incide sobre as práticas jornalísticas; não sobre o trabalho de determinado jornal ou jornalista. E o uso do artigo no masculino não denota hierarquia de gênero.
- 7 A pesquisa de doutorado referida tem como objeto de estudos a forma como o jornalismo representa os movimentos de ocupação global, com repercussão em todo o mundo.
- 8 Declaração informal concedida ao pesquisador durante a pesquisa exploratória.
- 9 Todos os diálogos citados foram observados pelo pesquisador durante a pesquisa exploratória.
- 10 Neste caso, opta-se por identificar a profissional por tratar-se de um cargo público e não diretamente ligado à observação que compôs a pesquisa exploratória.

- 11 Ao pesquisar a produção da notícia sobre movimentos sociais, identificou-se (OLIVEIRA, 2012) quatro categorias de legi-signos (signos que tem natureza de uma lei), em Peirce (2002), na forma como o jornalismo os representa: 1) do neoliberalismo como ambiente semiótico; 2) do jornalismo como sistema de produção de sentido; 3) dos jornais como empresas de comunicação; 4) dos jornalistas como operadores sígnicos.

Artigo recebido: 08 de março de 2014

Artigo aceito: 03 de abril de 2014